

Congresso controla

Congresso Nacional que se prepare. Se o novo Presidente da República acatar as ideias que estão circulando freneticamente pelo ministério econômico, os deputados e senadores vão ter muito serviço com o orçamento público, até hoje fixado de cima para baixo pelo Executivo, que praticamente não deixa margens para o Legislativo alterar nada. Ontem, na Seplan, anunciou-se que esta no forno uma exposição de motivos, que, basicamente, dá ao Congresso o direito de fixar o teto já do próximo orçamento das 422 empresas estatais. Um conselho de ministros, nos moldes do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, se limitaria apenas a determinar as prioridades de cada empresa e estabelecer a fatia de recursos destinada a cada uma, bem como tomaria conta do cumprimento das metas estabelecidas. A Secretaria de Controle das Empresas Estatais teria suas funções ampliadas passando à condição de secretaria-executiva do novo órgão, tendo basicamente, a tarefa de policiar o cumprimento dos números definidos para as empresas públicas. No fundo, essa alteração, segundo pôde se apurar no Ministério Econômico, pretende dar força política ao Executivo para controlar de forma mais eficiente empresas do porte da Petrobras, Itaipu-Binacional etc, que resistem às determinações da SEST, e, não raro, ultrapassam tetos para gastos com investimentos ou despesas de custeio. Embora tenha conseguido ao longo de quatro anos bons resultados na tarefa da disciplinar os gastos das estatais, a verdade é que a SEST até hoje não conseguiu se impor às grandes empresas do Governo, exatamente pela falta de respaldo político. Toda essa mudança, que segundo qualificados informantes, sai até o final do ano, será feita com mais uma utilização do decreto-lei.

Mas a inusitada boa-vontade dos tecnocratas ao abrir mão para o Congresso de tradicionais prerrogativas do Executivo não pára nessa alteração. Cabera, explicava-se ontem na área econômica, ao Legislativo a responsabilidade de fixar o orçamento monetário desde que a origem dos seus recursos seja o dinheiro arrecadado pela cobrança de impostos. Até o ano passado, o Conselho Monetário Nacional, à revelia de outros interessados, fixou os limites de crédito para este ou aquele setor da economia. Segundo o que passa pela cabeca da assessoria econômica da Seplan e da Fazenda, a situação mudaria, pois, por exemplo, nenhum subsídio — implícito ou explícito — poderia ser dado sem que fosse primeiro aprovado pelo Congresso. O mesmo valeria para a alocação de recursos extraordinários para fazer frente às consequências de ocorrências climáticas, como enchentes, geadas, estiagem etc. De antemão, parece que se abriria espaço para o fortalecimento dos "lobbies" (grupos de pressão), cuja atuação é hoje ainda incipiente nas casas do Congresso Nacional. De resto, o que se pretende fazer aqui já é feito há muito tempo nos Estados Unidos.

A inusitada onda de novas ideias envolve também o fortalecimento institucional da Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da Seplan, cujo objetivo é o de se ajustar as exigências de instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, conhecidas pela agilidade com que tratam assuntos relacionados à cooperação econômica aos países mutuários. Uma exposição de motivos que circula na Seplan fala da criação da Comissão de Coordenação da Cooperação Econômica Internacional. O órgão teria ascendência até sobre os ministérios. Ele, por exemplo, teria a competência de zelar pelo eficaz desempenho dos programas e projetos que recebem cooperação econômica internacional; realizar periodicamente, em conjunto com os órgãos e entidades envolvidos em financiamentos externos, o acompanhamento físico, econômico e financeiro de sua execução, bem como a avaliação final dos seus resultados. A Subin, como resultado de um trabalho coordenado com o restante da administração direta e com a administração indireta, passaria a ter um banco de dados para atender os freqüentes pedidos de informações que são feitos por agências governamentais estrangeiras e organismos multilaterais de crédito externo, coisa que hoje não tem condições de fazer.

José Bernardes.